

## Objectivos e estratégias de uma política linguística

Maria Helena Mira Mateus

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / ILTEC

Resumo: As questões relacionadas com o uso e difusão de uma língua podem apresentar-se sob uma tripla natureza: 1) A língua como *forma de construção da pessoa e de comunicação quotidiana* do indivíduo, como língua materna. 2) A língua como *veículo de escolarização* de comunidades que a utilizam como língua segunda. 3) A língua como *referência sócio-política e cultural* nos espaços em que é língua estrangeira.

Tendo presente que em diversas circunstâncias se tem afirmado não existir uma política de língua para o português no que respeita às três vertentes acima apresentadas, procurarei enunciar os objectivos e as estratégias que considero devem presidir à construção dessa política para que ela constitua um enquadramento consistente e possua os instrumentos necessários à sua eficácia.

### Introdução

Embora por várias vezes tenha apresentado as minhas ideias sobre algumas linhas de força que julgo deverem presidir a *Uma Política de Língua para o Português*, considero que vale a pena repetir e completar essas ideias até porque na situação em que aqui nos encontramos poderá ocorrer uma boa e frutuosa discussão. Assim o espero.

Digo no resumo da minha intervenção que “As questões relacionadas com o uso e difusão de uma língua podem apresentar-se sob uma tripla natureza: 1) A língua como *forma de construção da pessoa e de comunicação quotidiana* do indivíduo, como língua materna. 2) A língua como *veículo de escolarização* de comunidades que a utilizam como língua segunda. 3) A língua como *referência sócio-política e cultural* nos espaços em que é língua estrangeira.”

Vejamos a primeira vertente desta política, a que respeita ao *ensino da língua materna*. É convicção corrente que o objectivo principal deste ensino é de cariz **cultural e normatizador**, considerando-se assim que o seu contributo se dirige exclusivamente para a fruição da obra literária e para a correcção padronizada no uso da língua oral e escrita. Estes objectivos são claramente respeitáveis e pertinentes. Por um lado, o papel da língua padrão, ou da norma linguística, nas sociedades contemporâneas torna-a um instrumento essencial da cidadania. Sendo essa função social da escola óbvia, obrigatória e indiscutível, para o seu cumprimento contribui, de forma ímpar, o ensino da língua materna. Por outro lado, o contacto

com a obra de arte construída com palavras ilumina e aprofunda a sensibilidade, enriquece culturalmente e aperfeiçoa o domínio da língua pela intimidade estabelecida com os seus mais originais cultores.

Mas no ensino da língua materna devem ser consideradas outras vertentes que especificamente contribuem para o **desenvolvimento psico-social** do indivíduo em contexto educativo, e que decorrem das características da linguagem humana e das línguas em particular. É este o objecto de estudo do ensino da língua. Nas suas finalidades cultural e social, o sucesso deste ensino avalia-se pelo domínio que o estudante atinge no reconhecimento e na produção linguística ao nível do oral e da escrita. Mas, para atingir essa competência, não basta expor o estudante ao seu objecto de estudo nas suas várias utilizações, treinar a produção escrita e oral, criar intimidade com a obra literária, já que vários tipos de avaliação têm provado que esta prática pedagógica é insuficiente mesmo quando corresponde a um procedimento correcto. É mais: ela é lacunar no que respeita à possibilidade de usufruir da complexidade do sistema linguístico para estimular o desenvolvimento psicológico do estudante.

É neste ponto que deve referir-se uma outra competência a desenvolver no ensino da língua: o conhecimento explícito das suas características, propriedades e funcionamento, ou seja, o **ensino da gramática** (ensino que foi ostracizado nos anos 60, com a entrada do oral na escola, e que retornou, nas décadas de 70 e 80, em completa confusão entre transmissão directa de conceitos linguísticos e pedagogia do conhecimento explícito da língua). Não pretendo defender aqui o conceito tradicional de gramática pedagógica que apela à memória e é acompanhado por algumas estratégias – melhor diria, estratagemas – que permitem reconhecer, quase automaticamente, as categorias verbais e frásicas do enunciado. O conhecimento que hoje possuímos dos princípios presentes na gramática universal, decorrentes das propriedades que caracterizam as línguas e dos parâmetros em que se situa cada língua particular, permitem-nos desenhar outros contornos para a introdução do conhecimento explícito da língua no ensino da língua materna. Não é tarefa fácil dada a invisibilidade do sistema e a identidade que o indivíduo sente com a língua que fala e, ainda, o facto de os instrumentos para a análise da língua coincidirem com o próprio objecto de análise – é com palavras que se estudam as palavras. Mas estas circunstâncias justificam precisamente a necessidade de utilização de uma metalinguagem que crie uma distância entre o indivíduo e o objecto de estudo e lhe permita analisar o funcionamento desse objecto.

Partindo do postulado de que o conhecimento explícito da língua está em inter-relação com as capacidades de compreensão e de produção da língua oral e escrita, uma das vertentes desse conhecimento que concorre para o crescimento linguístico do indivíduo é a possibilidade que ele lhe proporciona de tomar consciência das **operações** que realiza nos actos de fala. Por outro lado, um ensino da língua que desenvolva uma capacidade de **elaboração mental** tem uma notável influência no desenvolvimento psico-social e comportamental do estudante.

Senão vejamos: a gramática de uma língua integra regras e operações cuja captação obriga a um esforço de **memória** e **atenção** sobre os dados linguísticos. A identificação de certos elementos ocorrentes nesses dados que possuem características comuns leva ao desenvolvimento das capacidades de **sistematização** e **generalização**. A formulação de regras treina o **raciocínio teórico** e a **capacidade de abstracção**. A consciente utilização dos recursos criativos da língua, com manipulação das regras de formação de palavras e frases ou de enunciados, desenvolve a **criatividade**. Finalmente, o conhecimento do funcionamento da língua pode ser utilizado, para treinar a capacidade de **argumentação** e de **contra-argumentação** na produção oral e escrita.

Enfatizados os objectivos que julgo fundamentais no ensino da língua materna, será necessário encontrar as estratégias pedagógicas mais adequadas para os atingir, o que exige uma ponderação profunda e uma longa experiência que não tenho possibilidade de desenvolver nesta intervenção.

O segundo aspecto da política linguística que pretendo abordar respeita ao ensino da língua como *veículo de escolarização* de comunidades que a utilizam como *língua segunda*. O momento histórico que estamos a viver tem tido como consequência a entrada, nas nossas escolas, de muitas crianças provenientes de meios de imigração que não são falantes de português. Para que se concretize o necessário apoio a um eficiente ensino da língua a essas crianças torna-se urgente, por um lado, o estabelecimento de uma política de ensino da língua que se fundamente nos **princípios teóricos do tratamento de minorias linguísticas** e na sua **adequação ao contexto** específico português. Por outro lado, uma política linguística neste campo deve ter presente que é preciso educar a população portuguesa no sentido da aceitação da **diversidade linguística**, de forma a contribuir para a libertação da comunicação nas línguas minoritárias. Assim, a valorização dessas línguas no contexto português contribui para atingir o objectivo principal desta vertente da política linguística: um domínio cada vez melhor do português pelos estudantes de minorias linguísticas de modo a conseguir a sua progressiva integração escolar e social.

As estratégias para atingir este objectivo devem passar pelas seguintes acções:

- a) Realização de um levantamento da situação linguística vivida hoje nas escolas portuguesas.
- b) Desenvolvimento de uma investigação sobre as línguas nacionais africanas e sobre línguas dos países de Leste.
- c) Realização do levantamento da investigação levada a efeito e em curso nos países africanos e em Portugal sobre as variedades africanas do português e sobre a criação das normas africanas da língua portuguesa.
- d) Reforço da formação inicial e contínua de professores de português como língua segunda, o que implica a criação de mecanismos adequados à preparação e recrutamento destes profissionais, com integração de módulos

que contemplem as principais questões levantadas pela presença de alunos falantes de línguas minoritárias.

Poderia ainda acrescentar-se uma série de acções que auxiliariam os professores de português-língua segunda a resolver os múltiplos problemas com que se defrontam:

- Criação de uma estrutura de apoio linguístico a professores e escolas, para o acompanhamento de situações de multilinguismo, quer a nível de modelos de ensino, quer a nível de materiais e recursos humanos.
- Promoção de programas bilingues no início do percurso escolar para os alunos oriundos das minorias linguísticas.
- Distribuição equilibrada, nas escolas, dos falantes das línguas minoritárias para assegurar uma efectiva situação de plurilinguismo e interculturalidade.
- Integração de informação sobre plurilinguismo e interculturalidade nos cursos de profissionais da informação.
- Produção de materiais básicos para o ensino do português com destaque para terminologias e todo o tipo de instrumentos lexicológicos.

O terceiro aspecto que pretendo pôr em relevo diz respeito à língua como *referência sócio-política e cultural* nos espaços em que é *língua estrangeira*. Deste ponto de vista, a política de língua para o português deve propor-se como objectivos o fortalecimento da projecção do português como **língua de comunicação internacional**, o prestígio do **ensino do português nas Universidades** e instituições de ensino superior e o incremento do **intercâmbio de instituições nacionais e estrangeiras** que tenham responsabilidade sobre o ensino do português-língua estrangeira.

Gostaria de sugerir algumas estratégias que podem contribuir para que se atinjam os objectivos mencionados:

- a) Criação de estruturas de reforço das actividades lectivas e de investigação, e dos diversos espaços de difusão do português.
- b) Desenvolvimento da investigação no âmbito das línguas em contacto, numa perspectiva comparativa. Preparação e produção de materiais didácticos e divulgação de livros e materiais multimedia que reforcem a relação com a língua portuguesa.
- c) Estabelecimento de acordos com Universidades de modo a valorizar institucionalmente o ensino do português.
- d) Determinação objectiva das prioridades de afectação dos recursos na manutenção, criação ou supressão de leitorados.

- e) Coordenação de projectos com o Brasil para o objectivo comum do ensino da língua.

Também nesta área poderíamos acrescentar algumas acções que concretizam as estratégias referidas:

- Desenvolvimento de materiais multimedia para os vários níveis de ensino, em forte inter-relação com as ferramentas informáticas do português.
- Publicação e inserção na Internet de informação completa dos materiais didácticos existentes e das experiências em curso, em inter-relação com o trabalho que se desenvolve no exterior.
- Levantamento das condições de ensino do português no estrangeiro, dos interesses particulares dos vários países e das necessidades de cobertura de áreas como, por exemplo, a ibero americana.
- Estimulação de desenvolvimento de projectos nesta área e determinação de formas anuais de publicitação dos resultados desses projectos.
- Produção de materiais lexicográficos sobre o português, em edições monolíngues, bilingues ou multilingues.

Muitas das sugestões aqui apresentadas relativamente ao ensino do português como língua segunda e estrangeira provêm de um seminário dedicado a estes problemas cuja realização data de há alguns anos. Essas sugestões já são conhecidas por pessoas aqui presentes. Mas embora nos últimos anos se tenha feito um esforço notável neste capítulo, o português necessita ainda de uma atenção amorosa, de muito apoio institucional e de uma dedicação individual e colectiva inteligente e eficaz.

Quero deixar uma última ideia que resume o cerne de uma política linguística. Todas as línguas constituem formas preferenciais de identificação cultural no uso que delas faz o falante no seu quotidiano e contribuem para a realização do indivíduo como membro de uma comunidade. Assim se justifica a importância atribuída ao ensino da língua materna. Por outro lado, quando uma língua viva passa a ser menos conhecida e menos utilizada pelas pessoas para quem não é língua materna, perdem-se referências históricas e torna-se mais obscura a caracterização da comunidade que a fala.

A necessidade de definir uma política de língua decorre destas duas razões de carácter psico-social e cultural, obviamente reforçadas por interesses económicos que hoje se inserem num contexto mundial. Motivos de sobra, portanto, para nos ocuparmos e preocuparmos com a definição de uma política de difusão da língua portuguesa.

**Referências bibliográficas**

- BROEDER, P. & G. EXTRA (1998). Language, ethnicity and education. Case studies of immigrant minority groups and immigrant minority languages. Clevedon: Multilingual Matters.
- DUARTE, Inês (2000). Uso da Língua e Criatividade. In F. I. Fonseca, I. M. Duarte e O. Figueiredo (orgs.). *A Linguística na Formação do Professor de Português*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, pp. 107-123.
- DUARTE, Inês (1998). Algumas Boas Razões para Ensinar Gramática. In *A Língua Mãe e a Paixão de Aprender. Actas do 2º Encontro de Professores de Português*. Porto: Areal, pp. 110-123.
- DUARTE, Inês (2000). Ensino da Língua Materna: da Repetição de Modelos à Intervenção Educativa Cientificamente Fundamentada. In Reis et al. (orgs.). *Didáctica da Língua e da Literatura*. Volume I. Coimbra: Almedina, pp. 47-61.
- EXTRA, G. & D. GORTER (Eds.) (2001). The other languages of Europe. Demographic, sociolinguistic and educational perspectives. Clevedon: Multilingual Matters.
- LOPES, Armando Jorge (2002). O Português como língua segunda em África: problemáticas de planificação e política linguística. In Mateus, Maria Helena Mira (org.) (2002): 15-31.
- MATEUS, Maria Helena Mira (org.) (2002). *Uma política de língua para o Português*. Actas do Colóquio organizado no Convento da Arrábida em Julho de 1998. Lisboa: Edições Colibri.
- SIM-SIM, Inês, Inês DUARTE e Maria José FERRAZ (1997). *A língua materna na educação básica*. Lisboa: Ministério da Educação, DEB.